

As fontes digitais e o ofício de historiador

MICAEL ALVINO SILVA*

Resumo: A depender do objeto de pesquisa, o historiador pode trabalhar a partir de diversas tipologias de fontes que podem variar desde documentos oficiais ou privados, fotografias, áudio, obras literárias ou de arte, cartas, diários, discursos, testamentos, inventários, processos criminais ou administrativos, etc. Para complementar e ampliar ainda mais as possibilidades, o avanço da tecnologia nas últimas décadas tem disponibilizado o acesso a enorme quantidade de acervos e fontes digitais. Pelo menos desde a década de 1970 alguns historiadores já refletem sobre o uso da informática e dos computadores na pesquisa histórica e, particularmente, nossa pesquisa de doutorado nos levou a refletir sobre as fontes digitais em função de nossa pesquisa em três acervos online essenciais ao nosso trabalho. Este artigo pretende analisar os acervos digitais utilizados e refletir com eles sobre o ofício de historiador no século XXI.

Palavras-chave: História; Acervos online; Metodologia; Relações interamericanas; Américas; Pan-Americanismo.

The digital sources and historical profession

Abstract: Depending on the research object, the historian can work from various types of sources that can range from working with official and private documents, photographs, audio, literary or art works, letters, diaries, speeches, wills, inventories, criminal or administrative proceedings, etc. To complement and further expand the possibilities, the advancement of technology in recent decades has provided access to huge amount of collections and digital sources. At least since the 1970s some historians already reflect on the use of information technology and computers in historical research and, particularly, our doctoral research led us to reflect on the digital sources according to our research in three key online collections to our work. This article analyzes the digital archives used and reflect with them on the historian's office in the XXI century.

Key words: History; Archives online; Methodology; Inter-American Relations; the Americas; Pan-Americanism.



* MICAEL ALVINO SILVA é doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); professor do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Em comemoração aos vinte anos da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, Kátia Gerab Baggio (2013) publicou o texto *O futuro da ANPHLAC: possibilidades e desafios*, que foi dividido em oito tópicos cada qual correspondendo a uma possibilidade ou desafio para a História da América e, conseqüentemente, para a Associação. O tópico 7, *Abertura de novas possibilidades de pesquisa na internet: fontes, bibliografia e divulgação de ensino*, caracteriza-se por ser uma seção exclusivamente informativa no sentido de corroborar com as possibilidades decorrentes do acesso à internet. Para além das informações trazidas, o texto possibilita refletir sobre o que os acervos digitais representam para os historiadores em geral.

Em nossa pesquisa sobre as relações interamericanas, partimos dos pressupostos da integração regional continental, cujas raízes podem ser buscadas na ideia de *Western Hemisphere* importando-nos especialmente sua evolução para o pan-americanismo, entendendo este como um movimento criado pelos idealizadores da política externa dos Estados Unidos no final do século XIX, para traduzir sua política externa em relação às repúblicas americanas (WHITAKER, 1954; LOCKEY, 1920; BETHEL, 2013; SALVATORE, 1998). A principal expressão do pan-americanismo foi o sistema interamericano de diplomacia de conferências,¹ um espaço a partir do

qual o pan-americanismo deixou de ser uma ideia, sendo posto em prática de forma imperfeita, negociada e com grande dificuldade devido às desconfianças de diversas ordens (FERRERAS, 2012). As Conferências Internacionais Americanas, ou Conferências Pan-Americanas, iniciaram-se com a Primeira (Washington, 1889), tendo existido regularmente até a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948), sendo oficialmente concluídas com a realização da Décima Conferência Pan-Americana (Venezuela, 1954). Particularmente, analisamos quatro conferências e quatro Reuniões de Ministros das Relações Exteriores dos países Americanos² ocorridas entre 1933 e 1954.

O estudo e a compreensão das Conferências Pan-Americanas enquanto um dos fenômenos mais significativos de integração que tiveram lugar por mais de um século nas Américas (MARICHAL, 2002), levou-nos a deparar com expressivas possibilidades no que se refere ao uso de acervos e fontes digitais. Considerando nosso recorte temático, os mecanismos de busca e os contatos com outros pesquisadores nos levaram a diversos acervos digitais, dentre os quais três se mostraram extremamente úteis ao nosso trabalho: o *Handbook of Latin American Studies (HLAS)*, os recursos eletrônicos da *Biblioteca Daniel Cosío Villegas* e a coleção *Foreign Relations of the United*

¹ Luiz Amado Cervo (2001), sem maiores problematizações afirma que trata-se da única associação política de caráter intercontinental existente desde o século XIX. Carlos Marichal (2002), apresenta uma visão mais complexa a respeito do que considera a formação das bases institucionais dos projetos integracionistas nas Américas.

² Os encontros excepcionais dos Chanceleres Americanos foram previstos na Oitava Conferência Pan-Americana (Lima, 1938) e tinham como objetivo deliberar sobre temas emergenciais como o rompimento de relações políticas e diplomáticas com os países do Eixo (Terceira Reunião, Rio de Janeiro, 1942).

*States da University of Wisconsin Digital Collection.*³

O *HLAS* é particularmente útil para o estudo da América Latina como um todo por se tratar de um catálogo online que reúne uma bibliografia selecionada, comentada e atualizada por pesquisadores profissionais no campo dos *latin american studies*. Editado pela Divisão Hispânica da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, o catálogo recebe mais de 5.000 indicações de livros comentados por mais de 130 pesquisadores por ano de modo que o *HLAS* apresenta-se como uma importante base de dados bibliográficos para as pesquisas sobre o tema das Américas.⁴

Dentre os recursos eletrônicos da *Biblioteca Daniel Cosío Villegas*⁵, encontramos o acervo *Conferencias Panamericanas (1889-1954)*. Trata-se de uma digitalização de três volumes publicados pela Secretaria de Relações Exteriores do México sob o título *Conferencias Internacionales Americanas* (MÉXICO, 1956a; 1956b; 1956c). É importante ressaltar que o conceito de conferências neste caso se estendeu também para as chamadas “especializadas”, como por exemplo a Conferência para a Consolidação da Paz (Buenos Aires, 1936) e as já mencionadas Reuniões de Chanceleres

Americanos. Como o subtítulo da publicação sugere, trata-se de uma recompilação dos tratados e outros documentos referentes a todos os encontros realizados no âmbito do pan-americanismo. Ao longo das 1571 páginas é possível ter acesso aos tratados, convenções, recomendações, resoluções, moções e ata final de cada evento.

Além das recompilações, o documento *Manual of Inter-American Relations* (PAN AMERICAN UNION, 1956), que também compõe o acervo em questão, trata-se de um importante indexador de temas debatidos entre os países americanos. Quando da sua elaboração, o objetivo do documento era proporcionar o acompanhamento e a avaliação da implementação das decisões acordadas, tendo sido publicado pela primeira vez em 1953 e revisado na edição de 1956. Isso significa que para nossa pesquisa trata-se de um documento importantíssimo já que oferece um índice do que foi decidido em âmbito continental nas Conferências e Reuniões. Em outras palavras, o grande sumário composto por mais de 300 páginas permite localizar em quais momentos um determinado assunto foi discutido no âmbito Pan-Americano. Por exemplo: quem estiver buscando saber sobre o princípio da não intervenção encontrará duas páginas de referências a resoluções adotadas desde a Conferência de Montevideo (1933) até a Conferência de Caracas (1954).

Conforme constatou Carlos Marichal (2002, p. 15), no estudo das Conferências Pan-Americanas a análise documental pode revelar surpresas no que se refere a quantidade e atualidade de alguns dos temas debatidos pelas Repúblicas Americanas, como por exemplo o tema dos direitos da mulher,

³ Esta coleção de fontes primárias é apenas uma entre as dezenas que compõem o acervo disponível em <http://goo.gl/qspjoc>.

⁴ Para um histórico do *Handbook*, ver Mundell et. al (1996), e para acesso ao banco de dados do *HLAS* em português ver <http://goo.gl/thomPE>.

⁵ A Biblioteca, em parceria com *El Colegio de Mexico (COLMEX)*, possui digitalizado os seguintes acervos: Legislación Mexicana, Archivo de la Embajada de México en los EUA, Archivo Histórico de Notarias, Conferencias Panamericanas (1889-1939), Fuentes para la historia del petróleo en México, e Bibliografía lingüística de México desde 1970. <http://goo.gl/AXMCy5>.

que teve lugar em todas as Conferências desde 1923. Na Sétima Conferência Pan-Americana (Montevideu, 1933), a plenária aprovou a resolução *LXV – Delegadas Mulheres*⁶, segundo a qual os países se comprometiam em incluir no mínimo uma mulher como representante do país a partir das próximas conferências. Esta resolução (como muitas outras) não foi cumprida por todas as Repúblicas Americanas como pôde-se constatar na análise das delegações que formaram a Oitava Conferência (Lima, 1938) quando apenas os Estados Unidos, Brasil e México enviaram mulheres delegadas (MEXICO, 1956, p. 15).

Por último e não menos importante a coleção *Foreign Relations of the United States (FRUS)* possibilitou o acesso aos principais documentos produzidos pela diplomacia norte-americana sobre as relações internacionais dos Estados Unidos de 1861 à 1960. Trata-se do acesso à série de mesmo nome inicialmente organizada e impressa pela seção histórica do Departamento de Estado, que particularmente nos interessa o volume “*The American Republics*”, editado a partir de 1932. A partir de então, para cada ano é possível encontrar uma publicação que possui uma seção “*General*”, onde estão os documentos referentes às Conferências, que varia entre 400-500 páginas e outra seção referente a cada Estado americano, que evidentemente nos importou analisar o caso do Brasil que possui, em média, entre 200-300 páginas por ano.

Importa ressaltar que para os estudos das relações interamericanas o acervo da

coleção *FRUS* é particularmente útil no sentido de que cada país tem um conjunto de documentos específicos que podem ser um ponto de partida importante para pesquisas em História das Américas. Tomemos como exemplo o ano de 1941 quando os Estados Unidos propuseram acordos bilaterais para aquisição de armamentos pelos países da América Latina. Encontram-se desta maneira separados os arquivos das relações Estados Unidos com os seguintes países: Argentina, pp. 323-402, Bolívia, pp. 403-489, Brasil, pp. 490-551, Chile, pp. 552-606, Colômbia, pp. 1-81, Costa Rica, pp. 82-96, Cuba, pp. 97-252, República Dominicana, pp. 253-257, Equador, pp. 258-309, El Salvador, pp. 310-312, Guatemala, pp. 313-316, Haiti, pp. 317-367, Honduras, pp. 368-370, México, pp. 371-409, Nicarágua, pp. 410-413, Panamá, pp. 414-472, Paraguai, pp. 473-497, Peru, pp. 498-548, Uruguai, pp. 549-606 e Venezuela, pp. 607-614. (UNITED STATES, 1941, volumes 1 e 2)

Considerando nosso recorte temático e temporal, podemos afirmar que os acervos virtuais foram de crucial importância para uma primeira de duas etapas de pesquisa em fontes primárias. Evidentemente que esta primeira etapa de pesquisa não superou a necessidade de ir às fontes diplomáticas arquivadas no National Archives (Washington) e Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro). Mas, certamente o acesso e a leitura das mais de 5 mil páginas de fontes primárias (que teria sido mais difícil sem a intermediação das tecnologias digitais) possibilitou avançar e muito na compreensão do objeto e das questões que o cercam.

Já havíamos constatado esta situação em pesquisa anterior (mestrado) quando propusemos analisar a repressão da

⁶ Texto original da resolução: “LXV. Women Delegates. Resolution recommending inclusion of woman delegates in all the delegations to the Eighth Conference”. (MÉXICO, 1956, vol. 1, p. 536)

polícia política de Vargas aos alemães e italianos residentes na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Inicialmente nos deparamos com as fontes do Arquivo Público do Paraná e com um conjunto de reflexões teóricas sobre o trabalho com os acervos da antiga delegacia de Ordem Política e Social (CARNEIRO, 1997; PERAZZO, 1999; DIETRICH, 2007; ALVES, 2006, ATHAIDES, 2011). Da constatação empírica da vigilância policial e ação sistemática do Estado para expulsão de estrangeiros da fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina em 1942, interessou-nos conhecer o fundamento da prática posta em marcha pelos agentes do Estado. Inicialmente os acervos que consultamos davam conta apenas das questões paranaenses, e o acervo online *Accessus – Documentos de Arquivos Pessoais*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) possibilitou a expansão da cobertura documental. A consulta virtual nos arquivos pessoais de Vargas, cruzando dados com os documentos encontrados no Paraná, possibilitou compreender que a ação contra súditos do Eixo foi um dos compromissos assumidos pelas Republicas Americanas na Terceira Reunião de Consulta aos Ministros do Exterior dos países Americanos, na qual os países do continente (exceto Argentina e Chile) optaram por romper relações políticas e diplomáticas com o Eixo. A compreensão e constatação de que uma decisão de um encontro continental afetou diretamente a vida de centenas de famílias alemãs, italianas e japonesas e seus descendentes nascidos nas Américas nos instigou a compreender melhor o contexto da Terceira Reunião, e conseqüentemente do pan-americanismo.

O breve relato de experiência de pesquisa acadêmica que combina arquivos físicos e digitais na pesquisa história sobre as Américas é um reflexo do ofício do historiador neste século XXI. Neste sentido, o uso de computadores e da internet como aliados à pesquisa histórica tem promovido algumas discussões epistemológicas e contemporâneas importantes da parte de historiadores renomados e que tratam de temas sobre como o meio digital modifica a relação das pessoas com o meio físico (BRIGGS & BURKE, 2006), a (falsa) democracia promovida pela rede mundial (GINZBURG, 2010), os fragmentos descontextualizados (CHARTIER, 2009), e a necessidade de redefinir o conceito de informação (DARNTON, 2010).

Os historiadores mencionados estão na esteira de um conjunto de análises sobre a relação entre computador, internet e historiador, um tema que está longe de ter espaço consolidado entre os historiadores de acordo com Leandro Coelho de Aguiar (2012). Denunciando uma ausência de debate sobre o assunto, o autor percorreu a trilha de duas associações (uma internacional e outra nacional) de História e Computação, criadas entre 1980 e 1990, que não avançaram em seus propósitos e no início dos anos 2000 já não existiam mais⁷. A ausência de debate sobre o assunto no interior da Associação Nacional de História (ANPUH) é apontada também como mais um indício de que pelo menos nos próximos anos deve-se seguir a tendência de publicações isoladas sobre o assunto que existem pelo menos desde a década de 1970 no Brasil. Em geral são trabalhos

⁷ No caso brasileiro, a Associação Nacional de História e Computação havia sido mencionada por Luciano Figueiredo (1997) como algo promissor para o futuro.

que privilegiam uma abordagem procedimental e tentam apresentar ou demonstrar o uso de determinadas ferramentas consideradas úteis ao ofício de historiador (BALHANA, 1973; CARDOSO & BRIGNOLI, 1979; NEVES, 1990; RUIZ, 1991; FIGUEIREDO, 1997; SILVA, 1998; OLIVEIRA, 2005; AGUIAR, 2012; TAVARES, 2012, entre outros).⁸

Entendemos que enquanto as abordagens epistemológicas podem contribuir com a melhor compreensão de conceitos, as abordagens procedimentais podem ajudar tecnicamente outros historiadores que possam estar a enfrentar problemas comuns relacionados ao uso de tecnologia na prática da pesquisa histórica. No entanto, a nosso ver ambas as abordagens estão no plano da técnica e, portanto, da atividade meio e não da atividade fim do historiador.

Neste sentido, considerando que um acervo digital é um meio tal qual um acervo físico, permanece inabalável o princípio da crítica e análise das fontes. Compreender o contexto de produção, arquivamento e publicação, por exemplo, em nosso caso foi de crucial importância para concluir que os arquivos da coleção *FRUS* são incompletos por sua própria natureza. Foi imperativo, portanto, cruzar as fontes e a visita aos arquivos diplomáticos físicos não foram descartados. Em suma, as fontes digitais não alteram a essência do trabalho do historiador e sua capacidade de crítica e análise das fontes dependem do seu exercício acadêmico.

Algumas recentes iniciativas que tem passadas quase despercebidas para a

⁸ Para bibliografia internacional sobre o tema ver Mark Poster (2003) e M.J. Lewis & Roger Lloyd-Jones (1996).

grande maioria dos historiadores vem de experiências testadas no campo do ensino e podem contribuir com a melhor formação do historiador e, conseqüentemente, contribuir para seu trabalho de crítica, interpretação e análise das fontes. Dentre estas iniciativas destacamos duas, sendo a primeira a possibilidade de cursar disciplinas de grandes universidades (especialmente dos Estados Unidos) ministradas a qualquer interessado com acesso à internet. Especificamente os consórcios Coursera e edX⁹ oferecem mais de duzentas disciplinas na área de humanidades, como é o caso do curso *The American South: Its Stories, Music, and Art*, oferecido pela Universidade da Carolina do Norte. Nestes cursos, é possível assistir as aulas dos professores gravadas em vídeo, ter acesso a textos e participar de fóruns, entre outros recursos.¹⁰

Outro exemplo é até mais simples e trivial porém com potencial formador também importante e vem dos arquivos compartilhados por professores em suas disciplinas de graduação e pós-graduação. É comum o uso de pastas físicas para disciplinas, em geral fotocópias, e quando estes materiais passam a estar disponíveis online facilita não apenas o acesso do aluno mas também permite que outros pesquisadores acessem os textos e outros documentos acadêmicos.¹¹

⁹ Para acesso aos cursos e universidades parceiras ver <http://goo.gl/3bDynB> e <http://goo.gl/9BL2H2>.

¹⁰ No Brasil já existem iniciativas semelhantes, como por exemplo os vídeos gravados pela UNIVESP-TV, da Universidade de São Paulo, a disciplina de História das Relações Internacionais 1, disponível em: <http://goo.gl/hxGCZA>.

¹¹ Tanto no que se refere às pastas físicas ou acervos digitais existem limites e problemas com direitos autorais. Para um exemplo de

É preciso reconhecer, portanto, a atualidade de Marc Bloch (2001) e tantos outros que na essência afirmaram ser a História uma disciplina cujo rigor passa pela observação, crítica e análise. Em tempos de ampliação do conteúdo digital, a questão do método mantém firme e com os mesmos preceitos aplicados às fontes físicas. Neste sentido, como estratégia inicial de análise das fontes digitais, em nossa pesquisa definimos um roteiro que inicia-se com a leitura e análise da documentação por conferência.

Em termos práticos, analisar cada um dos quase cinco mil documentos mostrou-se uma tarefa desafiadora para a qual um banco de dados apresentou-se como uma alternativa viável¹². Contrariando as tendências iniciais de associar o uso de banco de dados por historiadores seriais, quantitativos ou demográficos, desde a formação inicial sugerem-se métodos a partir dos quais o historiador deve pautar seu trabalho. O exemplo mais trivial é o fichamento, que embora sua forma possa variar, sua essência consiste em armazenar detalhes e/ou comentários de uma leitura realizada. Em outras palavras, com um pouco de rigor e padronizando os campos para registro dos dados, após algumas leituras fichadas um estudante

de graduação já produz um primeiro banco de dados.

A preocupação com o gerenciamento da informação e a possibilidade do trabalho com banco de dados não é uma preocupação nova entre os historiadores brasileiros, tendo sido anunciada por Guilherme Neves (1990) quando mencionou o iluminista Comenius perguntando-se se o sonho de um projeto de sistematização rigoroso do conhecimento humano não seria possível com o recurso do banco de dados. Menos ambiciosos, os historiadores norte-americanos M. J. Lewis e Roger Lloyd-Jones (1996) reconheceram que independentemente das muitas dúvidas ou do otimismo, o uso de computadores, banco de dados ou qualquer outra ferramenta informática na pesquisa histórica não representava a resolução dos problemas mais graves com os quais o historiador se depara. Ao profissional cabe a já mencionada crítica às fontes com base na escolha de critérios e referências, campo no qual a máquina ainda não substitui o homem.

Particularmente, aceitamos a definição de que um banco de dados eficiente pode contribuir muito com a agilidade da informação que necessitamos sobretudo na hora de escrever. Afinal, ter todos os registros de nossas leituras e/ou análise de fontes primárias de nossa carreira como pesquisador em um único lugar, acessível de qualquer dispositivo com acesso à internet é certamente uma boa alternativa a qualquer método físico. Soma-se a isso a possibilidade de consulta por temática que dependendo do tempo de atuação do historiador levaria horas ou mesmo dias. Em outras palavras, é possível registrar via formulário todas as anotações de leitura/pesquisa e mesmo se com o passar dos anos o banco de dados se

compatilhamento de textos e documentos acadêmicos ver <http://goo.gl/ipIZLP>.

¹² Embora muitos não mencionem, pesquisadores que trabalham com muitos arquivos, a exemplo das fontes diplomáticas, recorrem ao uso do banco de dados. Em uma dissertação de mestrado recente encontramos: “catalogamos os documentos da Primeira a Sexta Conferências Pan-Americanas e elaboramos um banco de dados que contém descrições e resumos das questões mais relevantes para a nossa pesquisa. Foram analisados aproximadamente 22.000 documentos, somando cerca de 1400 páginas”. (DULCI, 2008, p. 11)

tornar imenso, uma ferramenta de filtro pode exibir na tela apenas as referências que contenham determinada palavra-chave¹³.

Conclusão

No que se refere às fontes digitais, nos esforçamos para demonstrar que o mero compartilhamento de informações e endereços virtuais específicos podem ceder espaço a análises com relatos de casos em que efetivamente algum acervo virtual foi importante para a pesquisa histórica em geral e sobre as Américas em particular. Para a pesquisa empírica, as reflexões teóricas das abordagens epistemológica e instrumental tem apresentado poucas e pontuais contribuições o que não chega a caracterizar os acervos digitais como um desafio a ser enfrentado pelo historiador. Seu desafio continua a ser a crítica e análise das fontes para o que a possibilidade de cursar disciplinas em renomadas universidades pode contribuir em função da circulação de ideias e referências por meio de discussões virtuais. Ainda que não supervalorizamos a técnica, deixamos como sugestão o uso de banco de dados àqueles que trabalham com um grande número de documentos digitais ou impressos.

Referências

AGUIAR, L. C. **Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais da informação e comunicação no ofício do historiador**. 2012. 120f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de

¹³ Estamos nos referindo especificamente a um sistema online gratuito, de fácil uso e acesso de qualquer dispositivo (computador, notebook, tablet ou celular) sobretudo seguro (em termos de armazenamento). Para maiores informações ver a página *Banco de dados para Historiadores* disponível em: <http://goo.gl/bwZeV8>.

Janeiro.

ALVES, E. B. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS**. São Paulo: Humanitas, 2006.

ATHAIDES, R. **O Partido Nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá: EDUEM, 2011.

BAGGIO, K. G. O futuro da ANPHLAC: possibilidades e desafios. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Dossiê Especial 20 anos da ANPHLAC, p. 124-138, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/IP3zAD>. Acesso em 10/02/2015.

BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C. M. Emprego de Computadores na História. **Revista de História**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v.46, n.94, p.641-644, abr.-jun. 1973.

BETHELL, L. **O Brasil e as Conferências Pan-Americanas**. In: ABREU, A. A. (org.), **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2013.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARNEIRO, M. L. T. (org.). **Inventário DEOPS: Alemanha, módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: Funag, 2001.

CHARTIER, R. O Google e o futuro do livro. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 29 nov. 2009. Disponível em: <http://goo.gl/RXq8Fc>. Acesso em 10/02/2015.

DARNTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIETRICH, A. M. **Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

DULCI, T. M. S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. São Paulo, 2008. 134 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRERAS, N. O. La construcción de una *Communitas del Trabajo*: las relaciones de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y

América del Sur durante la década de 1930. **Dimensões**, nº. 29, vol. 29, p. 3-21, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/G2mzdZ>. Acesso em 10/02/2015.

FIGUEIREDO, L. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 419-441.

GINZBURG, C. Conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nov. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/rFG7tF>. Acesso em 10/02/2015.

LEWIS, M. J.; LLOYD-JONES, R. **Using computer in history: a practical guide**. New York: Routledge, 1996.

LOCKEY, J. B. **Pan-Americanism: its beginnings**. Nova York: Macmillan, 1920.

MARICHAL, C. (coord.). **México y las Conferencias Panamericanas 1889-1938. Antecedentes de la globalización**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2002;

MÉXICO. **Conferencias Internacionales Americanas 1889-1936: Recopilación de Tratados y otros documentos**. Dirección General del Archivo Histórico Diplomático de la Secretaría de Relaciones Exteriores: Ciudad de México, 1956a.

MÉXICO. **Conferencias Internacionales Americanas 1938-1942 (primer suplemento): Recopilación de Tratados y otros documentos**. Dirección General del Archivo Histórico Diplomático de la Secretaría de Relaciones Exteriores: Ciudad de México, 1956b.

MÉXICO. **Conferencias Internacionales Americanas 1945-1954 (segundo suplemento): Recopilación de Tratados y otros documentos**. Dirección General del Archivo Histórico Diplomático de la Secretaría de Relaciones Exteriores: Ciudad de México, 1956c.

MUNDELL, P. S. (et. al.). **The Handbook of Latin American Studies: Its Automated History and a Comparison of Available Formats**. New York, jun. 1996. Disponível em: <http://goo.gl/FVjHQp>. Acesso em 10/02/2015.

NEVES, G. P. O Sonho de Comenius: o uso de microcomputadores em uma pesquisa de História Social. **Anais do IV Encontro Regional da ANPUH-RJ**. Rio de Janeiro, 1990.

OLIVEIRA, J. C. Ciberhistória. *Revista Museu*, 2005. Disponível em <http://goo.gl/M5NrLH>. Acesso em 10/02/2015.

PAN AMERICAN UNION. **Manual of Inter-American Relations (revised). Division of Conferences and Organizations. Department of International Law**: Washington, D.C., 1956.

PERAZZO, P. F. **O Perigo Alemão e a Repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

POSTER, M. History in the Digital Domain. **Historien**, v. 4, p. 17-32, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/7qiaOg>. Acesso em 10/02/2015.

RUIZ, E. O passado como mensagem: o uso dos computadores pessoais na comunicação do conhecimento histórico. In: **Anais da X Reunião da SBPH**. Curitiba: SBPH, 1991.

SALVATORE, R. D. The Enterprise of Knowledge: Representational Machines of Informal Empire. In: JOSEPH, G. M.; LEGRAND, C. C.; SALVATORE, R. D. (orgs.). **Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations**. Durham: Duke University Press, 1998.

SILVA, E. A. Banco de dados e pesquisa qualitativa em história: reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, nº 2, p. 167-176, 1998.

TAVARES, C. C. S. História e informática. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

UNITED STATES. **United States Department of State**. Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1933 (in five volumes). The American republics. Volume IV. U.S. Government Printing Office, 1933.

UNITED STATES. **United States Department of State**. Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1941. The American republics. Volume IV. U.S. Government Printing Office, 1941 (volumes 1 e 2).

WHITAKER, A. **The Western Hemisphere Idea: its rise and decline**. Ithaca: Cornell University Press, 1954.

Recebido em 2015-03-07
Publicado em 2015-09-13